SAÚDE MENTAL E TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO ADOECIMENTO PSÍQUICO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MENTAL HEALTH AND TEACHING: A QUALITATIVE ANALYSIS OF MENTAL ILLNESS IN PUBLIC EDUCATION

SALUD MENTAL Y LABOR DOCENTE: UN ANÁLISIS CUALITATIVO DE LAS ENFERMEDADES PSÍQUICAS EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA

Carlos Bolivar Fontes
Especialização em Administração Hospitalar pelo Centro Universitário São Camilo

Priscilla de Oliveira Moura de Paiva
Doutoranda em Psicologia pela Universidad de Flores

Iracema Maia de Souza
Mestranda em Ciências da Educação e Ética Cristã pela Ivy Enber Christian University

Fabiana Pereira Mourato Andrade
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores pela Universidad Europea del Atlántico

Maria Angela Gomes Coelho
Mestra em Tecnologias Emergentes na Educação pela Must University

Vicencia Paula Ferreira da Silva
Graduada em Psicologia pela União das Faculdades Católicas de Mato Grosso

Daisy Santos de Miranda
Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción

Rebeka Victoria Alves da Silva
Mestranda em Ciências da Educação pela São Luís University

Creuzeni Maria da Silva Leite Fonseca
Mestranda em Ciências da Educação pela São Luís University

DOI: https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i6.684 Aceito em: 14.06.2026

Resumo: A saúde mental dos professores tem se consolidado como uma temática relevante no campo educacional, especialmente diante das transformações e exigências impostas ao trabalho docente nas últimas décadas. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento psíquico de professores da educação pública, buscando compreender os fatores que contribuem para o sofrimento mental no exercício da docência. Trata-se de

A Ilustração (ISSN 2675-908X) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na literatura sobre saúde do trabalhador, psicodinâmica do trabalho e trabalho docente. A investigação considera relatos e vivências de profissionais da Educação, permitindo identificar aspectos relacionados à sobrecarga laboral, à precarização das condições de trabalho, à indisciplina escolar, à desvalorização profissional e aos modelos de gestão escolar. Os resultados evidenciam que o adoecimento psíquico docente está associado não apenas às condições materiais de trabalho, mas também às relações interpessoais e organizacionais presentes no ambiente escolar. Destacam-se manifestações recorrentes de ansiedade, estresse, exaustão emocional, depressão e afastamentos por motivos de saúde. Conclui-se que a promoção da saúde mental dos professores demanda políticas institucionais voltadas à valorização profissional, ao fortalecimento das relações de trabalho, à ampliação dos espaços de escuta e à construção de ambientes escolares mais participativos e humanizados. O estudo contribui para o aprofundamento das discussões acerca da saúde mental docente e para a formulação de estratégias de prevenção do adoecimento no contexto educacional.

Palavras-chave: Saúde mental docente; Trabalho docente; Adoecimento psíquico; Educação pública; Condições de trabalho.

Abstract: Teachers' mental health has emerged as a significant issue in the field of education, particularly in light of the changes and demands placed on teaching over the past few decades. This study aims to analyze the relationship between working conditions and mental health issues among public school teachers, seeking to understand the factors that contribute to mental distress in the teaching profession. This is a qualitative study grounded in the literature on occupational health, work psychodynamics, and teaching. The research draws on reports and experiences from education professionals, enabling the identification of aspects related to work overload, precarious working conditions, student misbehavior, professional devaluation, and school management models. The results show that teachers' mental health issues are associated not only with material working conditions but also with interpersonal and organizational relationships within the school environment. Recurring manifestations of anxiety, stress, emotional exhaustion, depression, and health-related absences are highlighted. It is concluded that promoting teachers' mental health requires institutional policies focused on professional recognition, strengthening work relationships, expanding spaces for listening, and building more participatory and humanized school environments. This study contributes to furthering the discussion on teachers' mental health and to the development of strategies for preventing mental health issues in the educational context.

Keywords: Teachers' mental health; Teaching work; Mental health issues; Public education; Working conditions.

Resumen: La salud mental de los docentes se ha consolidado como un tema

relevante en el ámbito educativo, especialmente ante los cambios y las exigencias que ha sufrido la labor docente en las últimas décadas. El objetivo de este estudio es analizar la relación entre las condiciones laborales y los trastornos psíquicos de los docentes de la educación pública, con el fin de comprender los factores que contribuyen al sufrimiento mental en el ejercicio de la docencia. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, basada en la literatura sobre salud laboral, psicodinámica del trabajo y trabajo docente. La investigación toma en cuenta los relatos y las experiencias de los profesionales de la educación, lo que permite identificar aspectos relacionados con la sobrecarga laboral, la precariedad de las condiciones de trabajo, la indisciplina escolar, la desvalorización profesional y los modelos de gestión escolar. Los resultados evidencian que los trastornos psíquicos del profesorado están asociados no solo a las condiciones materiales de trabajo, sino también a las relaciones interpersonales y organizativas presentes en el entorno escolar. Destacan manifestaciones recurrentes de ansiedad, estrés, agotamiento emocional, depresión y bajas por motivos de salud. Se concluye que la promoción de la salud mental de los docentes exige políticas institucionales orientadas a la valorización profesional, al fortalecimiento de las relaciones laborales, a la ampliación de los espacios de escucha y a la construcción de entornos escolares más participativos y humanizados. El estudio contribuye a profundizar en el debate sobre la salud mental del profesorado y a formular estrategias de prevención de los trastornos mentales en el contexto educativo.

Palabras clave: Salud mental del profesorado; Trabajo docente; Trastornos mentales; Educación pública; Condiciones laborales.

1 Introdução

A saúde mental dos professores tem assumido posição central nos debates educacionais contemporâneos em razão do crescimento dos índices de sofrimento psíquico, afastamentos laborais e adoecimento relacionados ao exercício da docência.

Embora o trabalho docente seja reconhecido como uma atividade de elevada relevância social, sua execução ocorre, frequentemente, em contextos marcados por intensificação das demandas profissionais, precarização das condições de trabalho, insuficiência de recursos pedagógicos, desvalorização social da profissão e fragilidade das políticas institucionais de apoio ao bem-estar dos educadores.

Nesse cenário, compreender os fatores que influenciam a saúde mental dos professores torna-se imprescindível para a construção de ambientes educacionais mais saudáveis, inclusivos e socialmente sustentáveis.

A relação entre trabalho e sofrimento psíquico vem sendo discutida há décadas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Os estudos pioneiros de Christophe Dejours (1987; 2007)

demonstram que o trabalho pode constituir simultaneamente uma fonte de realização pessoal e um espaço produtor de sofrimento, especialmente quando as condições organizacionais limitam a autonomia dos trabalhadores e inviabilizam o reconhecimento de suas contribuições.

Na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento emerge quando ocorre um descompasso entre os desejos, expectativas e capacidades do sujeito e as exigências impostas pela organização laboral. Em contextos escolares, tais tensões podem ser potencializadas por fatores como sobrecarga burocrática, conflitos interpessoais, pressão por resultados e ausência de apoio institucional.

Complementando essa discussão, Yves Clot (2010) destaca que o adoecimento relacionado ao trabalho frequentemente decorre do que denomina "trabalho impedido", isto é, situações em que os profissionais são impossibilitados de realizar suas atividades conforme seus conhecimentos, valores e concepções éticas. No campo educacional, essa realidade manifesta-se quando os professores encontram obstáculos para desenvolver práticas pedagógicas significativas, participativas e transformadoras, comprometendo não apenas a qualidade do ensino, mas também sua saúde emocional e psicológica.

Nas últimas décadas, as transformações sociais, econômicas e tecnológicas têm ampliado os desafios enfrentados pelos profissionais da Educação. Conforme argumentam Tardif e Lessard (2014), a docência caracteriza-se como uma profissão de interações humanas complexas, exigindo dos educadores competências cognitivas, emocionais e relacionais que ultrapassam a simples transmissão de conteúdos.

Tal complexidade foi intensificada pelos processos de digitalização da Educação, pelas mudanças curriculares e pelos impactos decorrentes da pandemia de Covid-19, fatores que contribuíram para o agravamento dos quadros de estresse, ansiedade e exaustão profissional entre professores em diferentes contextos educacionais.

Estudos recentes corroboram essa realidade. Pesquisas desenvolvidas por Kim e Asbury (2020), Pressley (2021), UNESCO (2021), Sokal, Trudel e Babb (2020), Oliveira, Pereira e Lima (2022) e Ferreira e Souza (2023) evidenciam que os docentes constituem um dos grupos profissionais mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos relacionados à saúde mental, especialmente em ambientes marcados pela instabilidade organizacional, excesso de trabalho e insuficiência de suporte psicossocial. Os autores destacam que sintomas como ansiedade, esgotamento emocional, síndrome de *burnout*, depressão e sentimento de impotência têm sido identificados com frequência crescente entre professores da Educação Básica.

No contexto brasileiro, diversos estudos têm revelado que a precarização do trabalho docente permanece como um dos principais fatores associados ao sofrimento psíquico dos

profissionais da educação. Conforme apontam Codo (1999), Freitas (2007), Seligmann-Silva (2011), Antunes (2018), Nóvoa (2019) e Gatti *et al.* (2024), a intensificação do trabalho, a perda progressiva da autonomia profissional, a fragilidade das políticas de valorização docente e o enfraquecimento das redes de apoio institucional contribuem significativamente para o aumento dos processos de adoecimento.

Além disso, a persistência de relações hierárquicas autoritárias e de modelos de gestão pouco participativos pode comprometer o sentimento de pertencimento e reconhecimento profissional, elementos considerados fundamentais para a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho.

Apesar do avanço das investigações sobre saúde mental docente, ainda são necessárias pesquisas que aprofundem a compreensão das relações entre organização do trabalho escolar, condições laborais e adoecimento psíquico, especialmente sob a perspectiva das experiências vivenciadas pelos próprios professores.

Tal necessidade torna-se ainda mais relevante diante do aumento dos afastamentos por transtornos mentais observados nos sistemas públicos de ensino e dos impactos que esses processos produzem na qualidade da educação e na permanência dos profissionais na carreira docente.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira as condições de trabalho e os processos organizacionais presentes na educação pública influenciam o adoecimento psíquico dos professores? Para responder a essa questão, o artigo tem como objetivo analisar a relação entre saúde mental e trabalho docente, identificando fatores associados ao sofrimento psíquico e às estratégias de enfrentamento desenvolvidas por professores da educação pública.

Ao discutir os elementos que favorecem ou comprometem o bem-estar dos educadores, pretende-se contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico sobre saúde mental docente e para a formulação de políticas educacionais comprometidas com a valorização profissional e a promoção de ambientes escolares mais saudáveis e humanizados.

2 Fundamentação teórica

2.1 Trabalho docente e saúde mental na contemporaneidade

A saúde mental dos professores tem ocupado espaço crescente nas pesquisas educacionais e nas discussões sobre políticas públicas, sobretudo em decorrência do aumento dos índices de adoecimento psíquico entre profissionais da Educação Básica. Embora a docência seja reconhecida

como uma atividade socialmente relevante para a formação humana e para o desenvolvimento das sociedades, as condições sob as quais ela é exercida têm se tornado cada vez mais complexas e desafiadoras.

Historicamente, o trabalho docente esteve associado à transmissão do conhecimento e à formação cidadã. Entretanto, as transformações econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas ampliaram significativamente as responsabilidades atribuídas aos professores (Ridolfi *et al.*, 2026). Conforme argumentam Tardif e Lessard (2014), a docência caracteriza-se como uma profissão de interações humanas intensas, exigindo do professor competências cognitivas, emocionais, relacionais e éticas que extrapolam a dimensão estritamente pedagógica.

Nesse contexto, os docentes passaram a assumir funções relacionadas à mediação de conflitos, ao acompanhamento socioemocional dos estudantes, à inclusão escolar, ao atendimento às demandas familiares e ao cumprimento de exigências administrativas cada vez mais complexas. Segundo Nóvoa (2019), a expansão das responsabilidades profissionais não foi acompanhada por investimentos proporcionais nas condições de trabalho, gerando processos de intensificação laboral que impactam diretamente a saúde física e mental dos educadores.

Estudos recentes desenvolvidos por Kim e Asbury (2020), Pressley (2021), Sokal, Trudel e Babb (2020), UNESCO (2021), Oliveira, Pereira e Lima (2022), Ridolfi *et al.*, (2026), Gatti *et al.* (2024) demonstram que professores constituem um dos grupos profissionais mais suscetíveis ao desenvolvimento de transtornos relacionados ao estresse ocupacional, a ansiedade, a depressão e a síndrome de *burnout.* Tais pesquisas indicam que fatores como sobrecarga de trabalho, pressão por desempenho, insegurança profissional, conflitos interpessoais e insuficiência de suporte institucional configuram importantes fatores de risco para o adoecimento docente.

Sob essa perspectiva, a saúde mental deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional que envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais e organizacionais. Conforme propõe a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a saúde mental não corresponde apenas à ausência de transtornos, mas à capacidade de o indivíduo desenvolver suas potencialidades, enfrentar as adversidades cotidianas e participar de forma produtiva e significativa da vida social. No contexto educacional, essa compreensão implica reconhecer que a qualidade das condições de trabalho influencia diretamente o bem-estar e o desempenho profissional dos professores.

2.2 Psicodinâmica do trabalho e sofrimento psíquico docente

A relação entre trabalho e saúde mental encontra importante fundamentação na Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours (1987; 1992; 2007). Para o

autor, o trabalho constitui um espaço privilegiado de construção da identidade e de realização pessoal. Contudo, quando as condições organizacionais impedem o reconhecimento, a autonomia e a expressão da subjetividade dos trabalhadores, o trabalho pode transformar-se em uma importante fonte de sofrimento psíquico.

Assim, Dejours (1987) sustenta que o sofrimento emerge da discrepância existente entre a organização prescrita do trabalho e a realidade efetivamente vivenciada pelos trabalhadores. Em outras palavras, quanto menor for a possibilidade de participação, criatividade e autonomia, maiores tendem a ser os riscos de adoecimento. O sofrimento torna-se patogênico quando os mecanismos individuais e coletivos de enfrentamento deixam de ser suficientes para lidar com as pressões impostas pelo ambiente laboral.

No campo educacional, essa abordagem mostra-se particularmente relevante. Professores frequentemente, enfrentam situações de conflito entre suas expectativas profissionais e as condições concretas de trabalho encontradas nas instituições escolares. Segundo Seligmann-Silva (2011), a ausência de reconhecimento profissional, a desvalorização social da carreira docente e as relações hierárquicas excessivamente rígidas constituem importantes fatores desencadeadores de sofrimento psíquico.

Complementando essa perspectiva, Clot (2010) introduz o conceito de trabalho impedido, entendido como a impossibilidade de o trabalhador realizar sua atividade de acordo com seus conhecimentos, valores e objetivos profissionais. Quando o professor é privado de participar das decisões pedagógicas, de exercer sua criatividade ou de desenvolver práticas alinhadas às necessidades dos estudantes, ocorre um processo de desgaste subjetivo que pode comprometer sua saúde mental.

Conforme destacam Dejours (2007) e Clot (2010), o sofrimento não decorre exclusivamente da intensidade do trabalho, mas principalmente da forma como ele é organizado. Assim, ambientes escolares caracterizados por práticas autoritárias, ausência de diálogo e fragilidade das relações interpessoais tendem a potencializar processos de adoecimento e desengajamento profissional.

2.3 Condições de trabalho, gestão escolar e riscos psicossociais

As condições de trabalho constituem um dos principais determinantes da saúde mental dos profissionais da Educação. Segundo Dejours (1987), tais condições abrangem não apenas aspectos físicos e materiais, mas também elementos organizacionais, relacionais e simbólicos presentes no ambiente laboral.

Diversos estudos evidenciam que a precarização das condições de trabalho docente representa um importante fator de risco psicossocial (Ridolfi *et al.*, 2026; Bueno *et al.*, 2025; Trevisani; Ridolfi; Paula, 2026). Além disso, Antunes (2018) argumenta que as transformações contemporâneas do mundo do trabalho produziram formas cada vez mais intensas de exploração laboral, marcadas pela flexibilização, pela insegurança ocupacional e pela ampliação das exigências profissionais.

No contexto educacional, tais processos manifestam-se por meio da insuficiência de recursos pedagógicos, da sobrecarga administrativa, das jornadas ampliadas e da crescente responsabilização individual dos professores pelos resultados educacionais.

Além das condições materiais, a literatura destaca a relevância da gestão escolar para a promoção da saúde mental. Conforme Lück (2011), a gestão democrática constitui um elemento fundamental para a construção de ambientes organizacionais saudáveis, uma vez que favorece a participação coletiva, fortalece os vínculos institucionais e amplia os processos de reconhecimento profissional.

Em contrapartida, modelos de gestão centralizadores e autoritários tendem a produzir sentimentos de impotência, exclusão e desvalorização. Estudos recentes desenvolvidos por Day e Gu (2018), Hargreaves e Fullan (2020), Ridolfi *et al.*, (2025) e Gatti *et al.* (2024) demonstram que a qualidade das relações estabelecidas entre gestores e professores influencia significativamente os níveis de satisfação profissional, comprometimento organizacional e bem-estar psicológico.

Os riscos psicossociais presentes no ambiente escolar também incluem episódios de violência, indisciplina, assédio moral, conflitos interpessoais e insegurança institucional. Tais fatores contribuem para o aumento dos níveis de estresse ocupacional e podem desencadear manifestações como ansiedade, irritabilidade, exaustão emocional e depressão. Nesse sentido, a compreensão do adoecimento docente exige uma análise integrada das condições materiais, organizacionais e relacionais que estruturam o cotidiano escolar.

2.4 Burnout, adoecimento psíquico e estratégias de enfrentamento na docência

Entre os fenômenos mais frequentemente associados ao sofrimento docente destaca-se a síndrome de *burnout.* Inicialmente formulada por Maslach e Jackson (1981) e posteriormente aprofundada por Maslach, Schaufeli e Leiter (2001), a síndrome caracteriza-se por três dimensões principais: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional.

Segundo Maslach e Leiter (2016), o *burnout* resulta da exposição prolongada a condições de trabalho emocionalmente desgastantes e representa uma das principais formas de adoecimento ocupacional contemporâneo. Na educação, a síndrome tem sido amplamente identificada

entre professores submetidos a elevados níveis de pressão e baixa percepção de reconhecimento profissional.

Pesquisas realizadas por Carlotto (2011), Benevides-Pereira (2018), Pressley (2021) e Ferreira e Souza (2023) evidenciam que o *burnout* está associado a sintomas como fadiga crônica, alterações do sono, irritabilidade, dificuldades cognitivas, ansiedade e depressão. Além dos impactos individuais, a síndrome compromete a qualidade do ensino, as relações pedagógicas e a permanência dos profissionais na carreira docente.

Diante desse cenário, diferentes autores destacam a importância das estratégias de enfrentamento. Lazarus e Folkman (1984) definem *coping* como o conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados pelos indivíduos para lidar com situações avaliadas como estressoras. No contexto educacional, tais estratégias podem incluir práticas de autocuidado, apoio social, atividades de lazer, fortalecimento das redes colaborativas e acompanhamento psicológico.

Entretanto, conforme observam Dejours (2007), Seligmann-Silva (2011) e Clot (2010), estratégias individuais são insuficientes quando não acompanhadas por mudanças estruturais nas condições de trabalho. Assim, a prevenção do adoecimento docente exige intervenções institucionais voltadas à valorização profissional, ao fortalecimento da gestão participativa e à construção de ambientes escolares capazes de promover saúde, reconhecimento e desenvolvimento humano.

3 Metodologia

3.1 Delineamento da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, desenvolvida por meio de estudo de caso. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão aprofundada dos significados, percepções e experiências vivenciadas pelos sujeitos investigados, permitindo analisar fenômenos complexos relacionados à saúde mental e ao trabalho docente em seu contexto social e institucional.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender os processos humanos em sua dimensão subjetiva, considerando os valores, crenças, emoções e experiências construídas pelos indivíduos em suas relações sociais. Nesse sentido, tal abordagem mostra-se adequada para investigar os fatores associados ao adoecimento psíquico de professores da educação pública, uma vez que possibilita captar elementos que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos.

O estudo fundamenta-se também nos pressupostos do estudo de caso, conforme proposto por Yin (2015), por permitir a investigação aprofundada de fenômenos contemporâneos inseridos

em contextos reais. A escolha desse delineamento justifica-se pela necessidade de compreender a relação entre condições de trabalho, organização escolar e sofrimento psíquico docente, tomando como referência uma realidade específica da educação pública.

3.2 Contexto da pesquisa e participantes

A pesquisa foi realizada em uma instituição pública de Educação Básica situada no município de Belo Horizonte/MG, selecionada em virtude da recorrência de relatos relacionados ao adoecimento docente e às dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, devido ao contexto de vulnerabilidade social em que se encontra. Participaram do estudo 17 professores atuantes na instituição e graduados em suas respectivas áreas de atuação, sendo 04 professores de Língua Portuguesa, 03 professores de Matemática, 03 professores de Apoio Educacional, 01 Professora de Educação Física, 02 professor de Geografia, 02 professoras de História, 02 professoras de Ciências da Natureza e os quais contribuíram voluntariamente com seus depoimentos e percepções acerca das condições de trabalho e dos impactos dessas condições sobre sua saúde mental.

Além da análise das experiências coletivas relatadas pelos docentes, foi realizado o aprofundamento de um caso específico de adoecimento psíquico, cuja trajetória profissional permitiu compreender, de forma mais detalhada, os processos subjetivos envolvidos na relação entre trabalho e sofrimento mental.

A seleção desse caso ocorreu em razão da relevância de sua experiência para os objetivos da investigação e da disponibilidade da participante em compartilhar sua trajetória profissional e pessoal. Para preservar a identidade dos participantes, os depoimentos foram identificados por códigos alfanuméricos, assegurando-se o anonimato e a confidencialidade das informações.

3.3 Procedimentos de produção dos dados

A produção dos dados ocorreu por meio da combinação de diferentes técnicas qualitativas, visando ampliar a compreensão do fenômeno investigado e fortalecer a consistência analítica da pesquisa.

Inicialmente, foram realizadas observações do ambiente escolar, contemplando aspectos relacionados à infraestrutura física, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à dinâmica organizacional da instituição. A observação permitiu identificar elementos contextuais relevantes para a compreensão das experiências relatadas pelos participantes.

Posteriormente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os docentes, orientadas por um roteiro previamente elaborado com questões relacionadas às condições de trabalho, aos fatores geradores de sofrimento, às estratégias de enfrentamento e às percepções

sobre a saúde mental no contexto escolar. Conforme Gil (2008), a entrevista semiestruturada possibilita explorar temas complexos de forma flexível, favorecendo o aprofundamento das experiências e significados atribuídos pelos participantes.

Para a compreensão do caso específico de adoecimento docente, utilizou-se também a abordagem biográfica, inspirada nas contribuições de Le Guillant (1984) e discutida por Lima (2006), permitindo reconstruir a trajetória profissional da participante e identificar os fatores institucionais e subjetivos relacionados ao processo de adoecimento.

3.4 Procedimentos de análise dos dados

Os dados produzidos foram submetidos à Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas das áreas da Educação e das Ciências Humanas.

O processo analítico desenvolveu-se em três etapas complementares: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Inicialmente, realizou-se a leitura flutuante dos registros produzidos durante as entrevistas e observações. Em seguida, procedeu-se à codificação dos dados e à identificação das unidades de sentido mais recorrentes.

Por fim, os conteúdos foram agrupados em categorias temáticas relacionadas às condições de trabalho, aos riscos psicossociais, às manifestações de sofrimento psíquico, às estratégias de enfrentamento e aos processos de adoecimento docente.

A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico adotado, especialmente das contribuições da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (1987; 2007), da Clínica da Atividade de Clot (2010) e dos estudos contemporâneos sobre saúde mental e trabalho docente.

3.5 Critérios de rigor científico

Buscando assegurar a qualidade metodológica da investigação, foram adotados critérios de rigor amplamente reconhecidos na pesquisa qualitativa. Conforme Lincoln e Guba (1985), a credibilidade dos resultados foi fortalecida pela utilização de múltiplas fontes de evidência, incluindo entrevistas, observações e análise do caso estudado. A consistência interpretativa foi favorecida pela articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico utilizado.

A descrição detalhada do contexto investigado e dos procedimentos metodológicos contribui para a transferibilidade dos resultados, permitindo que outros pesquisadores avaliem sua aplicabilidade em contextos semelhantes. Além disso, a manutenção de registros sistemáticos das etapas da pesquisa favoreceu a transparência e a confiabilidade do processo investigativo.

3.6 Aspectos éticos

A pesquisa observou os princípios éticos que orientam os estudos envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade, a privacidade e a autonomia dos participantes. Todos os depoimentos utilizados foram anonimizados, garantindo a preservação da identidade dos sujeitos envolvidos.

Os participantes foram informados acerca dos objetivos da investigação, da natureza voluntária de sua participação e do direito de desistirem da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. O uso das informações coletadas restringiu-se exclusivamente aos fins científicos e acadêmicos deste estudo.

4 Resultados e discussões

A análise dos dados permitiu identificar que o adoecimento psíquico docente resulta de um conjunto de fatores interrelacionados que envolvem condições materiais de trabalho, formas de gestão escolar, relações interpessoais, reconhecimento profissional e estratégias individuais de enfrentamento.

A interpretação das entrevistas e das observações realizadas possibilitou a organização dos resultados em quatro categorias analíticas: a) precarização das condições de trabalho e sofrimento docente; b) relações interpessoais, gestão escolar e reconhecimento profissional; c) manifestações do adoecimento psíquico; e d) estratégias de enfrentamento e resistência.

4.1 Precarização das condições de trabalho e sofrimento docente

Os depoimentos dos participantes evidenciam que as condições objetivas de trabalho constituem importante elemento gerador de sofrimento psíquico. A insuficiência de recursos pedagógicos, a deterioração da infraestrutura escolar e a ausência de investimentos institucionais aparecem de forma recorrente nas narrativas dos professores.

Durante as observações realizadas na unidade escolar, verificaram-se problemas estruturais relacionados à iluminação, manutenção predial, mobiliário, ventilação e segurança, fatores que interferem diretamente no cotidiano pedagógico. Tais evidências corroboram as análises de Antunes (2018), para quem a precarização das condições laborais representa uma das expressões mais significativas das transformações contemporâneas do mundo do trabalho.

Os relatos dos docentes indicam que a escassez de recursos produz não apenas dificuldades operacionais, mas também sentimentos de frustração e impotência profissional. Muitos

professores relataram desistir de projetos pedagógicos inovadores em razão da inexistência de materiais mínimos para sua execução.

Essa realidade dialoga com as reflexões de Nóvoa (2019), segundo as quais a ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores não foi acompanhada pela criação de condições adequadas para o exercício da profissão. Contudo, observa-se uma divergência importante na literatura contemporânea.

Enquanto autores como Hargreaves e Fullan (2020) defendem que escolas podem construir culturas colaborativas capazes de minimizar parte dos efeitos da precarização material, os resultados desta pesquisa indicam que a cooperação entre colegas, embora relevante, não foi suficiente para neutralizar os impactos negativos das limitações estruturais existentes.

Os dados sugerem que o sofrimento docente não decorre exclusivamente da intensidade do trabalho, mas também da percepção de impossibilidade de realizar um trabalho pedagogicamente significativo. Tal constatação aproxima-se do conceito de "trabalho impedido" formulado por Clot (2010), segundo o qual o sofrimento emerge quando o trabalhador é impossibilitado de exercer plenamente suas competências profissionais.

4.2 Relações interpessoais, gestão escolar e reconhecimento profissional

Um dos achados mais significativos da investigação refere-se ao papel das relações interpessoais na produção do sofrimento e do bem-estar docente. Embora os professores tenham descrito as relações entre colegas como positivas e colaborativas, a mesma percepção não foi observada em relação à gestão escolar. O depoimento da participante E2 ilustra essa realidade: "O que ainda segura a gente é o clima agradável entre os professores".

A fala evidencia que os vínculos construídos entre os docentes funcionam como importante mecanismo de proteção emocional diante das adversidades enfrentadas no cotidiano escolar.

Os resultados convergem com os estudos de Day e Gu (2018), que identificam as relações de apoio entre pares como fator determinante para a permanência e o comprometimento dos professores na carreira. Da mesma forma, Hargreaves e O'Connor (2018) argumentam que culturas profissionais colaborativas fortalecem a resiliência docente e reduzem os efeitos do estresse ocupacional.

Todavia, quando os participantes abordam a relação com a equipe gestora, emergem narrativas marcadas por distanciamento, ausência de diálogo e baixa participação nos processos decisórios. Tal situação torna-se particularmente evidente no relato da professora que protagoniza o estudo de caso: "O estilo de gestão desse diretor é ditatorial, não há participação dos professores

nas decisões da escola, e a forma de abordar os docentes e os alunos, muitas vezes, é grosseira e autoritária." (E8)

A literatura especializada tem demonstrado que modelos de gestão excessivamente centralizadores tendem a aumentar os níveis de sofrimento ocupacional. Lück (2011) sustenta que a gestão democrática constitui elemento essencial para a promoção de ambientes escolares saudáveis. Em sentido semelhante, Gatti *et al.* (2024) observam que a participação dos professores nos processos decisórios fortalece o sentimento de pertencimento institucional e amplia a satisfação profissional.

Entretanto, alguns estudos internacionais recentes apresentam uma leitura complementar. Leithwood (2021) argumenta que determinadas situações organizacionais podem exigir maior centralização administrativa, especialmente em contextos de crise. Contudo, os resultados desta pesquisa sugerem que a centralização se torna problemática quando inviabiliza o diálogo e o reconhecimento profissional, transformando-se em fonte permanente de tensão emocional.

Outro aspecto recorrente nos depoimentos refere-se à percepção de desvalorização social da profissão docente. Os participantes relataram sentimentos de invisibilidade, descrédito e falta de reconhecimento, fatores que contribuem para a deterioração da autoestima profissional.

Nesse sentido, os resultados corroboram as análises de Nóvoa (2019) e Tardif (2014), segundo, as quais, a crise contemporânea da profissão docente está associada não apenas a questões salariais, mas também à perda progressiva do reconhecimento social e simbólico do professor.

4.3 Manifestações do adoecimento psíquico na docência

Os dados revelam a presença de múltiplas manifestações de sofrimento psíquico entre os participantes. Foram identificados sintomas físicos e emocionais que variam desde quadros de estresse persistente até situações de adoecimento grave que culminaram em afastamento laboral. Entre os sintomas mais frequentemente relatados encontram-se ansiedade, insônia, fadiga crônica, irritabilidade, dores musculares, cefaleias, alterações gastrointestinais, crises de choro e episódios depressivos.

O relato da participante E10 expressa a intensidade desse sofrimento: "Eu tenho uma amiga que está afastada por problemas emocionais... se ela passar naquele portão, ela começa a chorar. O abalo foi tão grande que ela não consegue mais ficar dentro de uma escola."

Outro depoimento revela o impacto do sofrimento na vida cotidiana: "Em 2013, eu fiquei mal, por questões emocionais mesmo, uma frustração, um cansaço intenso, uma fadiga que eu não suportava, parei de dormir. Comecei a tomar tarja preta." (E10)

Os resultados aproximam-se dos achados de Pressley (2021), que identificou crescimento significativo dos níveis de ansiedade e exaustão emocional entre professores após a pandemia. Da mesma forma, pesquisas desenvolvidas por Kim e Asbury (2020) e UNESCO (2021) apontam que os profissionais da educação figuram entre os grupos mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos relacionados à saúde mental.

Contudo, a análise dos dados sugere que o adoecimento não pode ser explicado exclusivamente por fatores individuais. Conforme defendem Dejours (2007) e Seligmann-Silva (2011), o sofrimento mental deve ser compreendido como resultado da interação entre a subjetividade do trabalhador e as condições concretas de organização do trabalho.

Essa compreensão torna-se particularmente evidente no caso analisado, no qual a professora relata crises de pânico, alterações cognitivas e sintomas depressivos associados à experiência de gestão autoritária: "Eu passei o janeiro inteiro com pânico. Cada dia que diminuía em janeiro era uma dor horrível" (E8). Os dados indicam que o adoecimento emerge quando o sujeito percebe a impossibilidade de exercer sua atividade profissional de acordo com seus valores, expectativas e projetos de vida.

4.4 Estratégias de enfrentamento, resistência e busca por sentido

Apesar do contexto adverso identificado na pesquisa, os docentes não se apresentam como sujeitos passivos diante das dificuldades enfrentadas. Os resultados evidenciam a construção de diferentes estratégias de enfrentamento voltadas à preservação da saúde mental.

Entre as principais estratégias relatadas destacam-se o planejamento prévio das atividades, o fortalecimento das relações familiares, a participação em atividades de lazer, a espiritualidade e a busca por apoio social.

Esses achados convergem com a teoria do coping proposta por Lazarus e Folkman (1984), segundo a qual os indivíduos desenvolvem mecanismos cognitivos e comportamentais para lidar com situações estressoras.

Entretanto, os resultados também revelam os limites dessas estratégias individuais. Muitos participantes reconhecem que os recursos pessoais são insuficientes para neutralizar problemas estruturais existentes na organização do trabalho. Essa percepção aparece claramente na fala da participante E10: "Muito difícil, tem que ser muito frio para conseguir vencer tudo sem adoecer. Vira e mexe a gente tem professor com atestado."

A afirmação demonstra que os próprios docentes reconhecem a insuficiência das estratégias individuais diante de condições organizacionais consideradas adoecedoras. Outro elemento relevante refere-se à preservação do sentido atribuído ao trabalho.

Alguns participantes, especialmente aqueles que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificam o progresso dos estudantes como uma importante fonte de satisfação profissional. Como afirma a participante E1: "O aprendizado do aluno é muito prazeroso e compensa muito o sofrimento."

Tal resultado confirma a perspectiva de Dejours (2007), para quem o trabalho pode constituir simultaneamente fonte de sofrimento e de prazer. Enquanto determinadas condições organizacionais produzem desgaste emocional, o reconhecimento dos resultados alcançados e a percepção de contribuição social podem funcionar como mecanismos de proteção subjetiva.

Desse modo, os resultados demonstram que a saúde mental docente não pode ser compreendida a partir de explicações simplificadas ou exclusivamente individuais. Trata-se de um fenômeno complexo, produzido pela interação entre condições de trabalho, relações institucionais, processos de reconhecimento profissional e trajetórias subjetivas.

A promoção da saúde mental dos professores exige, portanto, intervenções que ultrapassem estratégias individuais de adaptação e avancem na construção de políticas educacionais comprometidas com a valorização da docência, a democratização da gestão escolar e a melhoria das condições de trabalho.

5 Considerações finais

A presente investigação teve como objetivo analisar a relação entre saúde mental e trabalho docente, buscando compreender de que maneira as condições de trabalho e os processos organizacionais presentes na educação pública influenciam o adoecimento psíquico dos professores.

A partir da abordagem qualitativa adotada, foi possível identificar que o sofrimento mental docente não decorre de um único fator isolado, mas resulta da interação complexa entre condições materiais de trabalho, formas de gestão escolar, relações interpessoais, reconhecimento profissional e trajetórias subjetivas dos educadores.

Os resultados evidenciaram que a precarização das condições de trabalho permanece como um dos principais elementos associados ao desgaste emocional dos professores. A insuficiência de recursos pedagógicos, os problemas estruturais das instituições escolares, a intensificação das demandas profissionais e a sobrecarga administrativa contribuem para a construção de um ambiente laboral marcado por tensões permanentes. Tais condições não apenas dificultam o desenvolvimento das práticas pedagógicas, mas também comprometem a saúde física e mental dos profissionais da Educação.

Além dos aspectos estruturais, a pesquisa revelou a importância das relações institucionais para a compreensão do adoecimento docente. Os dados demonstraram que ambientes caracterizados por práticas de gestão centralizadoras, baixa participação dos professores nos processos decisórios e fragilidade dos mecanismos de reconhecimento profissional tendem a potencializar os sentimentos de impotência, desvalorização e sofrimento psíquico.

Em contrapartida, as relações colaborativas estabelecidas entre os próprios docentes mostraram-se importantes fatores de proteção emocional, contribuindo para a construção de redes de apoio capazes de amenizar, ainda que parcialmente, os efeitos das adversidades presentes no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à diversidade das manifestações de sofrimento relatadas pelos participantes. Sintomas como ansiedade, insônia, exaustão emocional, alterações de humor, depressão, crises de pânico e afastamentos por motivos de saúde revelam a magnitude do problema e reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre saúde mental no contexto educacional.

Os achados corroboram as contribuições de Dejours (1987; 2007), Clot (2010), Seligmann-Silva (2011), Nóvoa (2019), Bueno *et al*., (2025), Ridolfi *et al*., (2026) e Gatti *et al*. (2024), ao evidenciarem que o adoecimento relacionado ao trabalho deve ser compreendido a partir da articulação entre dimensões organizacionais, sociais e subjetivas.

A pesquisa também demonstrou que, embora os professores desenvolvam estratégias individuais de enfrentamento, como o fortalecimento dos vínculos familiares, a prática de atividades de lazer, a espiritualidade e a busca por apoio social, tais mecanismos apresentam eficácia limitada diante de problemas estruturais persistentes.

Nesse sentido, os resultados indicam que a promoção da saúde mental docente não pode ser atribuída exclusivamente à responsabilidade individual dos profissionais, exigindo ações institucionais e políticas públicas capazes de transformar as condições objetivas de trabalho.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre a interface entre trabalho docente, saúde mental e organização escolar, reforçando a pertinência das abordagens da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade para a compreensão dos processos de sofrimento e adoecimento na educação.

No campo prático, os resultados oferecem subsídios para gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e instituições de ensino interessados na construção de ambientes escolares mais democráticos, participativos e promotores de saúde.

Como toda investigação científica, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A pesquisa foi desenvolvida em um contexto específico da educação pública e

contou com um número restrito de participantes, o que limita a generalização dos resultados para outras realidades educacionais. Além disso, a natureza qualitativa da investigação privilegiou a compreensão aprofundada das experiências vivenciadas pelos sujeitos, sem a pretensão de estabelecer relações de causalidade ou representatividade estatística.

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo investigativo, contemplando diferentes redes de ensino, níveis educacionais e contextos socioculturais. Estudos comparativos envolvendo escolas públicas de grande porte e privadas, bem como pesquisas de abordagem mista que articulem dados qualitativos e quantitativos, poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente dos fatores associados ao adoecimento docente. Da mesma forma, investigações voltadas à avaliação de programas institucionais de promoção da saúde mental poderão oferecer evidências relevantes para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes.

Conclui-se, portanto, que a saúde mental dos professores constitui uma dimensão estratégica para a qualidade da Educação e para a sustentabilidade dos sistemas de ensino. Garantir condições dignas de trabalho, fortalecer práticas de gestão democrática, promover o reconhecimento profissional e ampliar os espaços de escuta e acolhimento dos educadores representam desafios fundamentais para a construção de uma escola comprometida não apenas com a aprendizagem dos estudantes, mas também com o bem-estar daqueles que exercem a docência.

Investir na saúde mental dos professores significa investir na própria qualidade da educação, na valorização da profissão docente e na construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanizada.

Implicações para a gestão educacional e para as políticas públicas

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a saúde mental dos professores deve ser compreendida como uma dimensão estratégica para a qualidade dos sistemas educacionais. Nesse sentido, os achados apresentados transcendem a análise individual do adoecimento docente e apontam para a necessidade de intervenções institucionais e políticas estruturadas capazes de promover ambientes escolares mais saudáveis, democráticos e humanizados.

No âmbito da gestão educacional, os resultados indicam que a construção de relações profissionais baseadas no diálogo, na participação e no reconhecimento constitui um fator fundamental para a promoção do bem-estar docente.

Os relatos dos participantes demonstraram que práticas de gestão excessivamente centralizadoras tendem a ampliar os sentimentos de impotência, desvalorização e sofrimento

psíquico. Em contrapartida, ambientes organizacionais pautados na escuta ativa, na cooperação e na participação coletiva favorecem a construção de vínculos institucionais mais sólidos e contribuem para o fortalecimento da identidade profissional docente.

Esses resultados corroboram as reflexões de Lück (2011), Hargreaves e O'Connor (2018) e Gatti *et al*. (2024), segundo as quais a gestão democrática não deve ser compreendida apenas como princípio administrativo, mas como estratégia de promoção da saúde ocupacional e de fortalecimento das relações humanas no ambiente escolar.

Dessa forma, torna-se recomendável que as instituições de ensino ampliem os espaços de participação dos professores nos processos decisórios, favorecendo a construção coletiva das ações pedagógicas e administrativas.

Outra implicação relevante refere-se à necessidade de implementação de políticas permanentes de promoção da saúde mental no contexto educacional. Historicamente, as ações voltadas ao cuidado dos professores têm assumido caráter pontual e emergencial, concentrando-se, muitas vezes, apenas nos momentos em que o adoecimento já se encontra instalado. Os resultados desta pesquisa sugerem a necessidade de substituir essa lógica por uma abordagem preventiva, orientada pela promoção do bem-estar e pela identificação precoce de fatores de risco psicossocial.

Nesse contexto, recomenda-se que as Secretarias de Educação e os sistemas de ensino desenvolvam programas institucionais voltados à prevenção do adoecimento docente, contemplando acompanhamento psicológico especializado, grupos de escuta e acolhimento, ações de desenvolvimento socioemocional, programas de qualidade de vida no trabalho e mecanismos permanentes de monitoramento dos indicadores de saúde mental dos profissionais da educação.

Os achados também evidenciam a necessidade de investimentos mais consistentes na melhoria das condições de trabalho. A insuficiência de recursos pedagógicos, os problemas estruturais das escolas e a sobrecarga administrativa foram identificados como fatores que contribuem significativamente para o sofrimento psíquico dos docentes.

Assim, políticas públicas voltadas à valorização profissional devem contemplar não apenas aspectos salariais, mas também a melhoria da infraestrutura escolar, a redução da burocratização excessiva do trabalho pedagógico e a ampliação das condições necessárias para o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade.

Além disso, torna-se fundamental que os programas de formação inicial e continuada incorporem conteúdos relacionados a saúde mental, ao autocuidado, a gestão de conflitos, a prevenção do *burnout* e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Conforme

argumentam Nóvoa (2019) e Day e Gu (2018), a formação docente contemporânea precisa contemplar não apenas conhecimentos pedagógicos e curriculares, mas também elementos relacionados à sustentabilidade emocional da profissão.

Outra contribuição relevante desta investigação refere-se à necessidade de fortalecimento das políticas de valorização social da docência. Os depoimentos dos participantes revelaram que o reconhecimento profissional constitui um dos elementos centrais para a construção do bem-estar no trabalho.

Nesse sentido, políticas públicas voltadas à valorização da carreira docente devem buscar ampliar a participação dos professores na formulação das políticas educacionais, fortalecer sua autonomia profissional e promover condições que favoreçam o reconhecimento social de seu trabalho.

Por fim, os resultados reforçam a necessidade de que a saúde mental docente seja incorporada como tema prioritário nas agendas educacionais contemporâneas. Em um cenário marcado pelo crescimento dos índices de adoecimento psicológico, afastamentos laborais e abandono da profissão, investir no bem-estar dos professores não representa apenas uma medida de proteção individual, mas uma estratégia fundamental para a garantia da qualidade da educação, da permanência dos profissionais na carreira e da construção de sistemas educacionais mais equitativos e socialmente sustentáveis.

Assim, as evidências produzidas por esta pesquisa apontam para a urgência de políticas integradas que articulem valorização profissional, gestão democrática, melhoria das condições de trabalho e promoção da saúde mental. Somente por meio de ações estruturais e contínuas será possível enfrentar os fatores que produzem sofrimento docente e construir ambientes educacionais capazes de promover simultaneamente aprendizagem, desenvolvimento humano e qualidade de vida para os profissionais da educação.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

BUENO, Medeya Costa *et al*. A influência da era digital no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes: um estudo intergeracional desde uma perspectiva multifatorial. Revista

Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 9, e2783, 2025.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de burnout em professores: prevalência e fatores associados. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 27, n. 4, p. 403-410, 2011.

CLOT, Yves. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CODO, Wanderley (Org.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

DAY, Christopher; GU, Qing. Educadores resilientes, escolas resilientes: construir e sustentar a qualidade na educação. Porto: Porto Editora, 2018.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DEJOURS, Christophe. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1992. p. 21-32.

FERREIRA, Maria Cristina; SOUZA, João Paulo. Saúde mental docente e fatores psicossociais associados ao trabalho educacional. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 48, e12, 2023.

GATTI, Bernadete Angelina et al. Profissão docente no Brasil: desafios contemporâneos, valorização e desenvolvimento profissional. Brasília: UNESCO, 2024.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARGREAVES, Andy; FULLAN, Michael. Profissionalismo colaborativo: quando ensinar juntos significa aprender para todos. Porto Alegre: Penso, 2020.

HARGREAVES, Andy; O'CONNOR, Michael. Profissionalismo colaborativo: trabalho conjunto para melhorar a aprendizagem dos alunos. Porto Alegre: Penso, 2018.

KIM, Lisa E.; ASBURY, Kathryn. 'Like a rug had been pulled from under you': The impact of COVID-19 on teachers in England during the first six weeks of the UK lockdown. British Journal of Educational Psychology, Leicester, v. 90, n. 4, p. 1062-1083, 2020.

LAZARUS, Richard S.; FOLKMAN, Susan. Stress, appraisal, and coping. New York: Springer, 1984.

LE GUILLANT, Louis. Psicopatologia do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1984.

LEITHWOOD, Kenneth. Leadership and student learning: advancing the evidence base. School Leadership & Management, London, v. 41, n. 1-2, p. 5-22, 2021.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Naturalistic inquiry. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E. The measurement of experienced burnout. Journal of Occupational Behavior, New York, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. Burnout. In: FINK, George (Ed.). Stress: concepts, cognition, emotion, and behavior. London: Academic Press, 2016. p. 351-357.

MASLACH, Christina; SCHAUFELI, Wilmar B.; LEITER, Michael P. Job burnout. Annual Review of Psychology, Palo Alto, v. 52, p. 397-422, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA, Juliana; LIMA, Fernanda. Trabalho docente e saúde mental na educação básica brasileira. Revista Educação em Questão, Natal, v. 60, n. 64, p. 1-25, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All. Geneva: World Health Organization, 2022.

PRESSLEY, Tim. Factors contributing to teacher burnout during COVID-19. Educational Researcher, Washington, v. 50, n. 5, p. 325-327, 2021.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Formação continuada de professores, currículo da Educação Básica e inteligência artificial: transições e contrapontos na contemporaneidade. **Veredas do Direito,** [S. l.], v. 23, n. 6, p. e235829, 2026.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* O storytelling como estratégia pedagógica na Educação Infantil: mediação narrativa, imaginação e desenvolvimento integral. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 12, p. e10283, 2025.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* A Inteligência Artificial na formação docente: caminhos para uma adoção ética e inovadora na Educação Inclusiva. **Veredas do Direito**, *[S. l.]*, v. 7, p.

e236162, 2026a.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SOKAL, Laura; TRUDEL, Lesley E.; BABB, Jeff. Canadian teachers' attitudes toward change, efficacy and burnout during the COVID-19 pandemic. International Journal of Educational Research Open, Amsterdam, v. 1, 100016, 2020.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TREVISANI, G. E.; RIDOLFI, L. F.; PAULA, C. A. de. Letramento multimodal e ensino de história local: uma análise da utilização de histórias em quadrinhos no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Ilustração**, *[S. l.]*, v. 7, n. 4, p. 535–554, 2026.

UNESCO. Reimagining our futures together: a new social contract for education. Paris: UNESCO Publishing, 2021.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.